



Simulado Especial

# TJ AP

Analista Judiciário - Área Judiciária  
e Execução de Mandados - Pós-Edital

# Simulado

Simulado TJ AP – Analista Judiciário – Área Judiciária e Execução de Mandados

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ AP (Analista Judiciário – Área Judiciária e Execução de Mandados);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

## PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-AP-Analista-17-12>

01 – (A) (B) (C) (D) (E)  
02 – (A) (B) (C) (D) (E)  
03 – (A) (B) (C) (D) (E)  
04 – (A) (B) (C) (D) (E)  
05 – (A) (B) (C) (D) (E)  
06 – (A) (B) (C) (D) (E)  
07 – (A) (B) (C) (D) (E)  
08 – (A) (B) (C) (D) (E)  
09 – (A) (B) (C) (D) (E)  
10 – (A) (B) (C) (D) (E)  
11 – (A) (B) (C) (D) (E)  
12 – (A) (B) (C) (D) (E)  
13 – (A) (B) (C) (D) (E)  
14 – (A) (B) (C) (D) (E)  
15 – (A) (B) (C) (D) (E)  
16 – (A) (B) (C) (D) (E)  
17 – (A) (B) (C) (D) (E)  
18 – (A) (B) (C) (D) (E)  
19 – (A) (B) (C) (D) (E)  
20 – (A) (B) (C) (D) (E)

20 – (A) (B) (C) (D) (E)  
21 – (A) (B) (C) (D) (E)  
22 – (A) (B) (C) (D) (E)  
23 – (A) (B) (C) (D) (E)  
24 – (A) (B) (C) (D) (E)  
25 – (A) (B) (C) (D) (E)  
26 – (A) (B) (C) (D) (E)  
27 – (A) (B) (C) (D) (E)  
28 – (A) (B) (C) (D) (E)  
29 – (A) (B) (C) (D) (E)  
30 – (A) (B) (C) (D) (E)  
31 – (A) (B) (C) (D) (E)  
32 – (A) (B) (C) (D) (E)  
33 – (A) (B) (C) (D) (E)  
34 – (A) (B) (C) (D) (E)  
35 – (A) (B) (C) (D) (E)  
36 – (A) (B) (C) (D) (E)  
37 – (A) (B) (C) (D) (E)  
38 – (A) (B) (C) (D) (E)  
39 – (A) (B) (C) (D) (E)  
40 – (A) (B) (C) (D) (E)

41 – (A) (B) (C) (D) (E)  
42 – (A) (B) (C) (D) (E)  
43 – (A) (B) (C) (D) (E)  
44 – (A) (B) (C) (D) (E)  
45 – (A) (B) (C) (D) (E)  
46 – (A) (B) (C) (D) (E)  
47 – (A) (B) (C) (D) (E)  
48 – (A) (B) (C) (D) (E)  
49 – (A) (B) (C) (D) (E)  
50 – (A) (B) (C) (D) (E)  
51 – (A) (B) (C) (D) (E)  
52 – (A) (B) (C) (D) (E)  
53 – (A) (B) (C) (D) (E)  
54 – (A) (B) (C) (D) (E)  
55 – (A) (B) (C) (D) (E)  
56 – (A) (B) (C) (D) (E)  
57 – (A) (B) (C) (D) (E)  
58 – (A) (B) (C) (D) (E)  
59 – (A) (B) (C) (D) (E)  
60 – (A) (B) (C) (D) (E)

61 – (A) (B) (C) (D) (E)  
62 – (A) (B) (C) (D) (E)  
63 – (A) (B) (C) (D) (E)  
64 – (A) (B) (C) (D) (E)  
65 – (A) (B) (C) (D) (E)  
66 – (A) (B) (C) (D) (E)  
67 – (A) (B) (C) (D) (E)  
68 – (A) (B) (C) (D) (E)  
69 – (A) (B) (C) (D) (E)  
70 – (A) (B) (C) (D) (E)  
71 – (A) (B) (C) (D) (E)  
72 – (A) (B) (C) (D) (E)  
73 – (A) (B) (C) (D) (E)  
74 – (A) (B) (C) (D) (E)  
75 – (A) (B) (C) (D) (E)  
76 – (A) (B) (C) (D) (E)  
77 – (A) (B) (C) (D) (E)  
78 – (A) (B) (C) (D) (E)  
79 – (A) (B) (C) (D) (E)  
80 – (A) (B) (C) (D) (E)

**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriane Figueiredo***TEXTO PARA AS QUESTÕES 1 e 2**

Na sexta-feira (10), a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) sofreram ataques cibernéticos. Os órgãos confirmaram os casos nesta terça-feira (14).

Segundo a PRF, o “incidente de segurança”, como foi chamado, afetou uma das bases de dados da instituição, o que provocou a indisponibilidade de alguns sistemas, dentre eles o SEI (Sistema Eletrônico de Informações), utilizado para efetuar petições eletrônicas. “Desde o momento que o incidente foi identificado, este foi imediatamente bloqueado. Equipes de técnicos da PRF estão trabalhando ininterruptamente para restaurar seus sistemas através dos back-ups, necessitando ainda de um prazo de 48h”, disse a instituição. O caso está sendo investigado pela Polícia Federal e acompanhado pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

A Controladoria-Geral da União (CGU) informou à CNN que o órgão também sofreu ataque cibernético no dia 10 de dezembro. Segundo a assessoria da pasta, nenhum dado foi perdido e todos os sistemas funcionam normalmente no momento. O órgão diz que está buscando mais informações com a área técnica.

O Ministério da Saúde foi vítima de virtuais também na sexta-feira (10). Os ataques foram contra plataforma ConecteSUS, utilizada pelos brasileiros para comprovar vacinação contra a Covid-19.

Na segunda (13), o Ministério confirmou um segundo ataque contra sua base de dados.

Nesta segunda-feira (13), o site da Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi invadido por hackers. O problema foi constatado por funcionários do legislativo carioca nas primeiras horas da manhã.

**Disponível em: [cnnbrasil.com.br](http://cnnbrasil.com.br)**

**01.** Considerando o trecho "A Controladoria-Geral da União (CGU) informou à CNN que o órgão também sofreu ataque cibernético no dia 10 de dezembro", assinale a alternativa mais adequada.

- a) O emprego do acento grave em "à CNN" está incorreto, uma vez que não ocorre crase diante de sigla.
- b) A oração "o órgão também sofreu ataque cibernético" está na voz passiva.
- c) O emprego de uma vírgula após "cibernético" prejudicaria a correção gramatical.
- d) O trecho "informou à CNN que o órgão" deveria ser reescrito, para o uso de uma regência mais formal do verbo, da seguinte forma: informou a CNN de que o órgão.
- e) A forma verbal "informou" apresenta um complemento oracional.

**02.** O texto é predominantemente

- a) narrativo-expositivo, pois narra os ataques cibernéticos.
- b) dissertativo-expositivo, pois discorre sobre o incidente de segurança.
- c) descritivo, pois descreve as consequências do ataque.
- d) dissertativo-argumentativo, pois cita argumentos de autoridade.
- e) injuntivo, pois expressa ordens dadas pela Polícia Rodoviária Federal.

**03.** "Destinada àqueles que sofreram com os recentes desastres naturais, a ajuda humanitária chegou de helicóptero à região". Nessa frase, há dois casos de emprego correto do acento grave indicativo da crase. Assinale a opção que indica a frase em que esse acento está empregado incorretamente.

- a) A cidade fica mais bonita à noite.
- b) A notícia chegou à pequena cidade de imigrantes.
- c) Nos últimos tempos, eventos ligados à mudanças climáticas tornaram-se mais evidentes.
- d) Ao filho ensinou gentileza; à filha ensinou perseverança.
- e) Os trajes não estavam à altura do jantar.

**04.** Segundo a gramática tradicional, na formulação de uma das frases abaixo há um erro gramatical. Assinale a opção que apresenta esse erro.

- a) Os especialistas precisaram o local de armazenamento das substâncias.
- b) O agente público visava ao mais alto cargo de sua unidade.
- c) A multidão reparava no nervosismo daqueles que conduziam o espetáculo.
- d) Os idosos queriam muito bem àqueles que lhe respeitavam
- e) A devolução do material encomendado implica multa.

**05.** Assinale a opção em que a posição da palavra só causa ambiguidade.

- a) Só um entregador levou sete.
- b) Só, um entregador levou sete.
- c) Um só entregador levou sete.
- d) Um entregador levou só sete.
- e) Um entregador só levou sete.

**06.** Em todas as opções abaixo, há a passagem de uma frase de discurso direto para o discurso indireto.

Assinale a opção em que essa modificação foi feita de forma adequada.

- a) "Todos os funcionários devem trazer o questionário avaliativo amanhã", disse o gerente; / o gerente disse que todos deviam trazer amanhã o questionário avaliativo.
- b) "Ontem não houve expediente; as horas deverão ser compensadas na semana que vem", informou o diretor; / o diretor informou que, como ontem não houve expediente, as horas deveriam ser transferidas para a próxima semana.
- c) "No final deste ano, eu já terei concluído o levantamento", disse meu analista; / Meu analista disse que, no final do ano seguinte, ele já teria terminado o levantamento.
- d) "Abriremos mais cedo hoje" disse o supervisor; / O supervisor disse que abririam mais cedo naquele dia.
- e) "Quando chegar, vá direto a minha sala", ordenou o advogado à secretária; / O advogado ordenou à secretária que fosse rapidamente a sua sala.

**07.** Em todas as frases abaixo há a supressão intencional de um ou mais vocábulos (elipse), que podem ser inferidos pelos vocábulos restantes. A frase abaixo que se mostra completa, sem qualquer elipse, é:

- a) Viver a vida não é viver inconsequentemente; é aproveitar cada momento.
- b) Numa manhã, louca; na outra, prudente.
- c) Inesquecível a minha infância;
- d) Os ventos levam tristezas passadas para o mar do esquecimento;
- e) As oportunidades não aparecem todos os dias; vão para nunca mais..

**08.** Todas as frases abaixo foram passadas para a voz passiva; a frase em que essa passagem foi feita de forma adequada (com respeito à estrutura original) é:

- a) Todos aguardavam ansiosamente a chegada dos novos produtos / A chegada dos novos produtos foi aguardada ansiosamente por todos.
- b) Um cerimonialista justificou a ausência de alguns representantes / A ausência de alguns representantes foi justificada pelo cerimonialista.
- c) Obras diurnas incomodariam os moradores / Os moradores eram incomodados por obras diurnas.
- d) O Ministério da Educação criará um novo projeto didático-pedagógico / Um novo projeto didático-pedagógico será criado pelo Ministério da Educação.
- e) As fábricas de tecido descartavam materiais tóxicos no meio ambiente / Os materiais tóxicos eram descartados pelas fábricas no meio ambiente.

**09.** Assinale a alternativa em que a concordância está correta de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Os internautas haviam sido informados sobre a instabilidade de sinal.
- b) Chegou na última temporada os personagem que se tornariam os preferidos da audiência.
- c) Devem haver muitos motivos para a sua ausência.
- d) Tratam-se de assuntos de extrema importância.
- e) Observou-se os dados com muita atenção.

**10.** Assinale a opção que indica a frase que não expressa qualquer espécie de distanciamento do enunciador em face do assunto tratado.

- a) Estatísticas mostram que haverá um crescimento econômico nacional.
- b) Haverá um crescimento econômico, afirmam especialistas.
- c) De acordo com publicações especializadas, a economia tende a crescer até 2025.
- d) Penso que haverá crescimento econômico nos próximos anos.
- e) Algumas pessoas falam em crescimento econômico nos próximos anos.

**11.** Assinale a alternativa em que a palavra destacada apresenta o mesmo tempo verbal da palavra em destaque no trecho "Antes da assinatura, o presidente já tinha confirmado a ida ao evento".

- a) Se a mudança fosse drástica, a gerência já **teria comunicado**.
- b) O índice **mostrava** superfaturamento dos produtos comprados.
- c) O modelo era o melhor que já **fabricara**.
- d) Os acordos fechados **consolidaram** as promessas feitas.
- e) O novo programa **inaugurará** uma nova era na política.

**12.** A impessoalidade pode ser construída em língua portuguesa com o pronome SE, no entanto nem todo vocábulo SE possibilita essa impessoalidade. Assinale a alternativa em que essa partícula NÃO apresente essa função.

- a) Acreditava-se que a transparência dos gastos prejudicaria a segurança da instituição.
- b) Naquele ano, fez-se o maior festival gastronômico da história do país.
- c) Aquele espaço não era bem avaliado; reclamava-se de superlotação.
- d) Dorme-se melhor quando há a prática de atividades físicas.
- e) A reunião durou quase toda a manhã; tratava-se do futuro da empresa.

**13.** A torneira gotejava compassadamente. A pia, enferrujada, parecia ansiar pela próxima gota. No centro, uma mesa de madeira que saudosamente lembrava a comunhão que um dia houve ali. As paredes revelavam as marcas deixadas pelo tempo. Sobre a estruturação dessa descrição, a afirmação correta, é:

- a) a descrição parte do todo para as partes;
- b) movimento da descrição é de cima para baixo;
- c) a descrição se fundamenta numa visão à distância;
- d) a descrição ocorre de perto para longe;
- e) o movimento da descrição é de dentro para fora.

**14.** Em muitas frases estabelecemos comparações entre elementos do texto, tanto de forma objetiva como de forma figurada. Assinale a frase abaixo que não exemplifica qualquer tipo de comparação.

- a) "A gentileza, bem como o amor, transforma uma vida".
- b) "Paz é manter-se calmo apesar do caos".
- c) "O amor consiste em doação permanente, como uma fonte de águas na nascente".
- d) "A saudade é um cais onde se finca o pé vendo o mar".
- e) "Ter paz é melhor do que ter razão".

**15.** "Cana-de-açúcar: um substantivo composto que remonta parte importante da história nacional. Há um tanto grande de vergonha por trás desse produto. No curso da história, a exploração de mão de obra escravizada e as marcas indelévels deixadas pelo período revelam dor e reivindicam reparação".

Esse fragmento exemplifica o seguinte tipo textual:

- a) texto explicativo: procura informar e tornar mais claro um tema, com função pedagógica;
- b) texto narrativo: relata um fato ou um acontecimento, situando-o em seu desenvolvimento no tempo e no espaço;
- c) texto argumentativo: pretende convencer o leitor da correção de uma ideia, apoiando-se em argumentos ou exemplos;
- d) texto descritivo: traduz um esforço de evocar uma realidade por meio de palavras;
- e) texto injuntivo: manifesta uma intenção sobre o outro, por meio de avisos, conselhos, proibições etc.

**16.** A frase abaixo que exemplifica a função metalinguística da linguagem, é:

- a) Gramática é um compêndio de regras e descrições de uma determinada língua;
- b) Desempenhe bem a sua função; não controlamos as consequências de nossas ações.
- c) A saudade que sinto não cabe em meu peito. Transborda em meus olhos.
- d) O poeta é um escultor; isto é, ele imprime nas palavras as imagens de sua alma.
- e) Amor é fogo que arde sem se ver / é ferida que dói, e não se sente; / é um contentamento descontente

17. “Não é coisa reprovável, mas altamente louvável, tomar emprestadas de uma língua estrangeira as sentenças e palavras e incorporá-las na própria”.

A frase abaixo em que o estrangeirismo sublinhado mostra uma incorporação completa ao nosso idioma é:

- a) Estavam todos preparados para o show.
- b) A construção de uma identidade visual é importantíssima no marketing.
- c) O serviço de delivery está em franca expansão.
- d) O brasileiro precisa conviver com o estresse diário.
- e) O videogame pode ser utilizado como recurso pedagógico.

#### TEXTO PARA AS QUESTÕES 18 E 19

##### Nem anjo nem demônio

Desde que a TV surgiu, nos anos 40, fala-se do seu poder de causar dependência. Os educadores dos anos 60 bradaram palavras acusando-a de “chupeta eletrônica”. Os militantes políticos creditavam a ela a alienação dos povos. Era um demônio que precisava ser destruído. Continuou a existir, e quem cresceu vendo desenhos animados, enlatados americanos e novelas globais não foi mais imbecilizado – ao menos não por esse motivo. Ponto para a televisão, que provou também ser informativa, educativa e (por que não?) um ótimo entretenimento. Com exceção da qualidade da programação dos canais abertos, tudo melhorou. Mas começaram as preocupações em relação aos telespectadores que não conseguem dormir sem o barulho eletrônico ao fundo. Ou aos que deixam de ler, sair com amigos e até de namorar para dedicar todo o tempo livre a ela, ainda que seja pulando de um programa para o outro. “Nada nem ninguém me faz sair da frente da TV quando volto do trabalho”, afirma a administradora de empresa Vânia Sganzerla.

Muitos telespectadores assumem esse comportamento. Tanto que um grupo de

estudiosos da Universidade de Rutgers, nos Estados Unidos, por meio de experimentos e pesquisas, concluiu que a velha história do vício na TV não é só uma metáfora. “Todo comportamento compulsivo ao qual a pessoa se apegava para buscar alívio, se fugir do controle, pode ser caracterizado como dependência”, explica Robert Kubey, diretor do Centro de Estudos da Mídia da Universidade de Rutgers.

Os efeitos da televisão sobre o sono variam muito. “Quando tenho um dia estressante, agitado, não durmo sem ela”, comenta Maurício Valim, diretor de programas especiais da TV Cultura e criador do site Tudo sobre TV. Outros, como Martin Jaccard, sonorizador de ambientes, reconhecem que demoram a pegar no sono após uma overdose televisiva. “Sinto uma certa irritação, até raiva, por não ter lido um bom livro, namorado ou ouvido uma música, mas ainda assim não me arrependo de ver tanta TV, não. Gosto demais.” É uma das mais prosaicas facetas desse tipo de dependência, segundo a pesquisa do Centro de estudos da Mídia. As pessoas admitem que deveriam manejar, mas não se incomodam a ponto de querer mudar o hábito. Sinal de que tanto mal assim também não faz.

**(SCAVONE, Míriam. Revista Claudia. São Paulo: Abril, abr. 2002. P.16-7)**

18. Pesquisadores da universidade americana concluíram que

- a) vício em televisão é apenas uma metáfora.
- b) o uso da televisão pode, sim, ser caracterizado como uma dependência.
- c) há apenas um preconceito em relação ao uso da televisão.
- d) não se pode associar o vício ao ato de assistir à tv.
- e) a televisão é prejudicial à saúde.

19. O trecho sublinhado em " e quem cresceu vendo desenhos animados, enlatados americanos e novelas globais não foi mais imbecilizado" exerce a mesma função do trecho destacado em:

- a) Havia seis pessoas dentro do carro.
- b) Na última noite, todos precisaram se retirar.
- c) Consideraram-na culpada.
- d) Depois de toda temporada, aumentam os preços dos produtos comemorativos.
- e) Novos integrantes foram convocados pelo gerente.

20. O trecho abaixo que poderia ser enquadrado como argumentativo é:

- a) Houve um aumento da evasão escolar no pós-pandemia.
- b) Como afirmam especialistas, a natureza não se sustentará se continuarmos nesse ritmo.
- c) O consumismo chegou ao seu ápice nos últimos anos.
- d) João, após chegar do trabalho, arrumou a mesa e jantou em família.
- e) Não deixe para amanhã o que você pode deixar para lá.

## LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

*Tiago Zanolla*

21. Ana é uma servidora pública que trabalha na Secretaria da Justiça e está envolvida no processo de instalação de uma nova Comarca. Durante o processo, Ana precisa garantir que todas as exigências legais para a instalação sejam cumpridas adequadamente. De acordo com os requisitos especiais para a criação de uma Comarca, quais são as condições necessárias?

- a) Uma população mínima de dez mil habitantes e um movimento forense anual de, no mínimo, trezentos feitos.
- b) Uma população mínima de cinco mil habitantes e um movimento forense anual de, no mínimo, duzentos feitos.
- c) Uma população mínima de cinco mil habitantes e um movimento forense anual de, no mínimo, cento e cinquenta feitos.
- d) Uma população mínima de três mil habitantes e um movimento forense anual de, no mínimo, cem feitos.
- e) Uma população mínima de sete mil habitantes e um movimento forense anual de, no mínimo, duzentos e cinquenta feitos.

**22.** Com base no Código de Organização Judiciária, quais são as disposições relativas à composição e funcionamento do Tribunal Pleno?

- a) O Tribunal Pleno é composto por todos os Desembargadores, incluindo o Presidente do Tribunal, e se reúne com a presença de metade mais um de seus membros.
- b) Nas sessões do Tribunal Pleno, o Presidente exerce funções de Relator e Revisor, e vota em todas as matérias.
- c) O Tribunal Pleno compõe-se de todos os Desembargadores e se reúne com a presença de, no mínimo, dois terços de seus membros, com o Presidente votando apenas em casos específicos.
- d) A Secção Única, de competência geral, exclui todos os Desembargadores sêniores da sua composição.
- e) A Câmara Única se reúne com um mínimo de metade dos membros do Tribunal.

**23.** Com base nas disposições sobre os Serviços Auxiliares da Justiça, como são classificados e quais são os exemplos desses serviços?

- a) Os Serviços Auxiliares da Justiça incluem apenas as Secretarias do Tribunal de Justiça e os Ofícios Judiciais, como a Contadoria Judicial e o Depósito Público.
- b) Entre os Serviços Auxiliares estão os Ofícios Extrajudiciais, que compreendem apenas os serviços de Protestos de Títulos e Notas.
- c) Os Serviços Auxiliares da Justiça são executados pelas Secretarias do Tribunal de Justiça, Ofícios Judiciais, Ofícios Extrajudiciais, e pelos Serventuários subordinados às Diretorias dos Fóruns, incluindo os Ofícios de Registros Públicos.
- d) Os Ofícios de Registros Públicos são parte dos Ofícios Judiciais e incluem o Registro de Imóveis e Registro Civil das Pessoas Naturais.
- e) Os Serviços Auxiliares da Justiça são realizados exclusivamente pelos Ofícios Judiciais, como o Setor de Distribuição e a Contadoria Judicial, sem a participação de Ofícios Extrajudiciais.

**24.** De acordo com as disposições sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça previstas no Regimento Interno, quais são as instâncias ou órgãos em que ele opera?

- a) O Tribunal de Justiça funciona apenas em Plenário e em Secção Única.
- b) As instâncias do Tribunal de Justiça incluem o Plenário, a Câmara Única, o Conselho da Magistratura, e o Conselho Superior da Justiça Federal.
- c) As operações do Tribunal de Justiça se limitam ao Plenário, às Câmaras Isoladas e ao Conselho da Magistratura.
- d) O Tribunal de Justiça opera em Plenário, Secção Única, Câmara Única, Conselho da Magistratura e no Conselho Superior dos Juizados Especiais.
- e) O Tribunal de Justiça funciona somente em Plenário e no Conselho Superior dos Juizados Especiais.

**25.** Conforme o Regimento Interno, quais são as regras para a eleição do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal?

- a) São eleitos por votação aberta, com mandato de quatro anos, e são elegíveis para reeleição imediata.
- b) Eles são escolhidos pela maioria dos membros do Tribunal, em votação secreta, para um mandato de dois anos, sendo vedada a reeleição para o período imediatamente subsequente.
- c) A eleição ocorre por votação secreta, para um mandato de dois anos, e é permitida a recondução para o período subsequente.
- d) Os membros são automaticamente escolhidos pela antiguidade, sem necessidade de votação, para um mandato de três anos.
- e) A eleição é realizada por voto direto de todos os membros do Tribunal, com mandato de cinco anos, e reeleição permitida uma única vez.

**26.** Conforme o Regimento Interno, como é estabelecida a disposição dos membros nas sessões de julgamento e a participação dos Juízes de Direito Convocados?

- a) O Presidente do Tribunal senta-se à esquerda da mesa de julgamento, e os Juízes de Direito Convocados ocupam os lugares dos Desembargadores mais antigos.
- b) O Procurador de Justiça senta-se à esquerda do Presidente, e os Juízes de Direito Convocados não participam das sessões de julgamento.
- c) O Presidente ocupa a parte central da mesa, com o Procurador de Justiça à sua direita, e os Juízes de Direito Convocados tomam o lugar do Desembargador mais moderno.
- d) Os Desembargadores sentam-se sem observar a ordem de antiguidade, e o Presidente do Tribunal nunca participa das sessões como vogal.
- e) A ordem de assento é determinada pela ordem alfabética dos nomes dos Desembargadores, e os Juízes de Direito Convocados sentam-se nas extremidades da mesa.

**27.** Com base nos requisitos para ingresso no Serviço Público do Estado, quais são as condições necessárias para um candidato se qualificar?

- a) Nacionalidade brasileira, estar em dia com as obrigações fiscais, nível de escolaridade exigido e idade mínima de 21 anos.
- b) Nacionalidade brasileira ou portuguesa, gozo dos direitos políticos, quitação com obrigações militares e eleitorais, nível de escolaridade exigido, idade mínima de 18 anos e perfeita saúde física e mental.
- c) Ser cidadão brasileiro ou naturalizado, ter completado o ensino médio, idade mínima de 18 anos e não possuir antecedentes criminais.
- d) Nacionalidade brasileira, gozo dos direitos políticos, quitação com obrigações eleitorais, nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, idade mínima de 18 anos e aptidão física comprovada.
- e) Nacionalidade brasileira, gozo dos direitos políticos, quitação com obrigações militares e eleitorais, nível de escolaridade relacionado ao cargo, idade mínima de 16 anos e boa saúde mental.

**28.** Consoante o Regime Jurídico dos Servidores, não é forma de provimento

- a) nomeação
- b) reintegração
- c) aproveitamento
- d) readmissão
- e) promoção

**29.** Com base nas disposições relativas à posse e exercício em cargos públicos, quais são as normas e procedimentos estabelecidos?

- a) O prazo para posse é de 15 dias da publicação do ato de provimento, sem possibilidade de prorrogação, e a inspeção médica oficial não é necessária.
- b) A posse ocorrerá no prazo de 30 dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 dias, e depende de prévia inspeção médica oficial.
- c) O servidor deve entrar em exercício no prazo de 60 dias após a posse e apresentará declaração de bens apenas se ocupar cargo em comissão.
- d) A posse em cargo público é automática e independente da publicação do ato de provimento, e a jornada de trabalho é de 35 horas semanais, salvo disposição legal diversa.
- e) O ato de provimento é efetivado com a assinatura do termo de posse, que pode ser alterado unilateralmente pela autoridade competente, e o exercício deve começar dentro de 15 dias da posse.

**30.** Considerando as normas sobre a aplicação da pena de suspensão a servidores públicos, quais são as diretrizes e condições estabelecidas?

- a) A suspensão é aplicada exclusivamente em casos de falta grave e pode exceder a 90 dias, com perda de todos os direitos e vantagens do cargo.
- b) A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência, não podendo exceder a 90 dias, e pode ser convertida em multa se houver conveniência para o serviço.
- c) Qualquer suspensão, independentemente da duração, requer processo administrativo e garantia de ampla defesa ao servidor.
- d) A suspensão pode ser aplicada por até 60 dias sem necessidade de processo administrativo e não implica a perda de vantagens e direitos do cargo.
- e) Em casos de recusa injustificada à inspeção médica, a suspensão aplicada será de no mínimo 30 dias, sem possibilidade de conversão em multa.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

*Ricardo Torques*

**31.** Carolina ajuizou ação de divórcio com partilha de bens em desfavor de Carlos, com quem foi casada por 15 anos. Após sofrer diversas agressões e ter em seu favor medidas protetivas, a autora resolveu então, se divorciar. O casal não teve filhos. Sobre o caso narrado e o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O mandado de citação de Carlos conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo.
- b) Por se tratar de ação de família, o CPC estabelece a desnecessidade da presença de advogados na audiência inaugural de conciliação.
- c) Diante da inexistência de interesse de incapaz, o Ministério Público não precisará atuar no feito.
- d) A citação de Carlos ocorrerá com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data designada para a audiência.
- e) Nas ações de família, a audiência inaugural de conciliação é sempre facultativa.

**32.** Diante de alegada urgência contemporânea à propositura da ação, Marcos requereu tutelar antecipada em caráter antecedente em desfavor da Construtora X, indicando o pedido de tutela final, expondo a lide, o direito que se busca realizar e o perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo que entendia existir. Ao verificar a petição, o juízo entendeu que não havia elementos para a concessão de tutela antecipada. Diante da referida situação, é correto afirmar que o órgão jurisdicional deverá:

- a) Determinar a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.
- b) Determinar a emenda da petição inicial em até 15 (quinze) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.
- c) Extinguir o processo sem resolução do mérito e reconhecer a estabilidade da decisão de indeferimento.
- d) Julgar liminarmente improcedente o pleito.
- e) Determinar a citação do réu para apresentar a sua contestação.

**33.** A instituição financeira X pretende a cobrança de R\$ 500.000,00 a título de inadimplemento, oriundo de contrato de mútuo celebrado com as seguintes devedoras solidárias: Imobiliária tudopago LTDA; Sol Nascente construções S/A; SuaCasa S/A. Buscando evitar maiores tumultos processuais, a Instituição Financeira X ingressou com ação somente em desfavor de Imobiliária tudopago LTDA, que, dentre as três devedoras solidárias, seria a que possuía mais bens. Caso Imobiliária LTDA busque incluir no processo as demais devedoras solidárias poderá se valer da(o)

- a) Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- b) Denúnciação à lide.
- c) Nomeação à autoria.
- d) Oposição.
- e) Chamamento ao processo.

**34.** Sobre a modificação da competência, assinale a alternativa incorreta:

- a) O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.
- b) A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente.
- c) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.
- d) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, desde que haja conexão entre eles.
- e) Se o imóvel se achar situado em mais de um Estado, comarca, seção ou subseção judiciária, a competência territorial do juízo prevento estender-se-á sobre a totalidade do imóvel.

**35.** Sobre a teoria geral dos recursos, assinale a alternativa correta:

- a) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- b) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- c) Para aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio, será considerada como data de interposição a data de juntada aos autos do comprovante.
- d) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
- e) A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

**36.** O condomínio Flor do Amanhecer ajuizou ação de cobrança taxas condominiais em desfavor dos proprietários da Unidade 1202-C, Maria e Antônio. O juízo, analisando a petição inicial, entendeu que ela preenchia todos os requisitos essenciais e que não era o caso de improcedência liminar. Assim, designou audiência de conciliação e determinou a citação dos réus. Diante da situação narrada e do que dispõe o CPC sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Caso Antônio demonstre o desinteresse na audiência, ela deverá ser desmarcada.
- b) A audiência deve ser designada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e o réu citado com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência.
- c) A pauta das audiências de conciliação ou de mediação será organizada de modo a respeitar o intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre o início de uma e o início da seguinte.
- d) Antônia e Márcia poderão constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.
- e) A intimação do condomínio autor para a audiência será feita na pessoa do síndico.

**37.** Em decisão de saneamento, analisando os pedidos das partes, o juízo entendeu pela necessidade de produção de prova pericial, testemunhal e depoimento pessoal em determinada ação de obrigação de fazer. Após a produção da prova pericial, foi designada audiência de instrução e julgamento. Sobre o saneamento e a audiência de instrução e julgamento, assinale a alternativa correta.

- a) Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 15 (quinze) dias, findo o qual a decisão se torna estável.
- b) A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, desde que haja concordância das partes.
- c) Em relação às provas orais, o depoimento pessoal do autor e réu deve ocorrer, preferencialmente, antes da oitiva do perito e assistentes técnicos.
- d) O juiz não poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência.
- e) Quando a causa apresentar questões complexas de fato ou de direito, o debate oral poderá ser substituído por razões finais escritas, que serão apresentadas pelo autor e pelo réu, bem como pelo Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, no prazo comum de 15 (quinze) dias, assegurada vista dos autos.

**38.** Sobre a execução das obrigações de fazer e de não fazer, assinale a alternativa incorreta.

- a) Se o executado não satisfizer a obrigação de fazer no prazo designado, é lícito ao exequente, nos próprios autos do processo, requerer a satisfação da obrigação à custa do executado ou perdas e danos, hipótese em que se converterá em indenização.
- b) Se a obrigação de fazer puder ser satisfeita por terceiro, é lícito ao juiz autorizar, a requerimento do exequente, que aquele a satisfaça à custa do executado.
- c) Se o executado praticou ato a cuja abstenção estava obrigado por lei ou por contrato, o exequente poderá desfazê-la, independentemente de decisão judicial.
- d) Realizada a prestação consistente na obrigação de fazer, o juiz ouvirá as partes no prazo de 10 (dez) dias e, não havendo impugnação, considerará satisfeita a obrigação.
- e) Na obrigação de fazer, quando se convencionar que o executado a satisfaça pessoalmente, o exequente poderá requerer ao juiz que lhe assine prazo para cumpri-la.

**39.** Em determinada ação de indenização fora prolatada sentença condenando o réu ao pagamento da quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Após o trânsito em julgado da sentença, o réu compareceu espontaneamente ao processo e procedeu com o depósito da quantia de R\$ 5.230,00 (cinco mil, duzentos e trinta reais) que, segundo ele, corresponderia ao valor atualizado monetariamente desde a fixação do dano moral. Devidamente intimado, o autor impugnou o valor depositado, afirmando que a quantia correta seria a de R\$ 5.950 (cinco mil, novecentos e cinquenta reais), vez que a atualização monetária deveria ocorrer desde o ajuizamento da ação. Sobre o caso narrado e o disposto no Código de Processo Civil assinale a alternativa correta.

- a) O Código de Processo Civil não regula o comparecimento espontâneo antes do cumprimento de sentença.
- b) Como o valor do depósito era superior à condenação, não havia necessidade de proceder com a prévia oitiva da parte autora.
- c) O juízo pode determinar o levantamento da parcela incontroversa.
- d) Assiste razão ao autor, uma vez que a correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do ajuizamento da ação.
- e) Concluindo o juiz pela insuficiência do depósito, sobre a totalidade do valor constante do título judicial incidirão multa de dez por cento e honorários advocatícios, também fixados em dez por cento, seguindo-se a execução com penhora e atos subsequentes.

40. Em ação popular, como regra, o prazo para apresentação de contestação será de:

- a) 20 dias.
- b) 30 dias.
- c) 15 dias.
- d) 10 dias.
- e) 5 dias.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

*Adriane Fauth*

41. Após uma revolução que culminou com a derrubada do regime anterior, o grupo político dominante do País Alfa resolveu solicitar que uma comissão de notáveis elaborasse um projeto de Constituição, submetendo-o, ato contínuo, a referendo popular. A Constituição assim elaborada buscou conciliar inúmeras correntes políticas aparentemente opostas entre si e direcionar as políticas públicas a serem adotadas para a implementação dos direitos sociais, além de ter exigido um procedimento qualificado para a reforma de parte de seus comandos, considerados materialmente constitucionais, enquanto a outra parte poderia ser alterada com observância do mesmo procedimento afeto à lei ordinária. Por fim, observa-se que essa Constituição era demasiado extensa. A Constituição assim descrita é classificada como

- a) bonapartista, compromissória, de garantia, rígida e sintética.
- b) cesarista, compromissória, dirigente, semirrígida e analítica.
- c) bonapartista, ortodoxa, dirigente, semirrígida e analítica.
- d) cesarista, pragmática, dirigente, semirrígida e sintética.
- e) outorgada, eclética, de garantia, flexível e analítica.

42. Juca, hábil escritor, almejava elaborar a biografia de um renomado ator, famoso não só pela atuação em teatro, novela e filmes, como por sua conturbada vida pessoal. Ao solicitar ao ator o acesso ao seu arquivo pessoal, Juca recebeu não só a negativa de colaboração como também uma vedação peremptória à futura publicação da obra cuja elaboração há pouco se iniciara. Ao procurar um advogado, foi corretamente informado a Juca que, na perspectiva constitucional.

- a) a publicação da obra, enquanto projeção do direito à intimidade, está condicionada à autorização do ator.
- b) a publicação da obra somente não carecerá de autorização do ator enquanto ele estiver em atividade, o que decorre do interesse público na informação.
- c) apesar de a publicação da obra não carecer de autorização do ator, é necessário que aprove o seu conteúdo, de modo a evitar a potencial causação de danos morais.
- d) não é necessária a autorização da pessoa biografada, o que decorre da prevalência das liberdades de pensamento e de expressão, incompatíveis com a censura prévia.
- e) a publicação da obra somente carecerá de autorização do ator enquanto ele estiver em atividade, o que decorre do seu possível impacto no direito social ao trabalho.

**43.** Peter, estrangeiro, compareceu perante uma determinada repartição pública no Município Beta e verificou que determinado servidor estava agindo com abuso de poder em prejuízo da população que estava ali sendo atendida. Buscando uma solução administrativa, Peter:

- a) Poderá exercer o seu direito de petição, independentemente do pagamento de taxas.
- b) Poderá exercer o seu direito de petição, que depende do pagamento de taxas.
- c) Não poderá exercer o direito de petição, pois é estrangeiro.
- d) não poderá exercer o direito de petição, pois tal direito só pode ser exercido em defesa de interesses pessoais e não coletivos ou gerais.
- e) Poderá exercer o seu direito de petição, desde que representado por advogado.

**44.** A Confederação Nacional do Transporte (CNT) propôs uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) perante o STF, pretendendo o exercício do controle de constitucionalidade referente à determinada matéria relacionada à sua atuação e suas finalidades. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de controle concentrado de constitucionalidade; a CNT é legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual, municipal, distrital, incluídos os anteriores à Constituição.
- b) Trata-se de controle concentrado de constitucionalidade; a CNT é não legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual, municipal, distrital, incluídos os anteriores à Constituição.
- c) Trata-se de controle concentrado de constitucionalidade; a CNT é legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para alegar falta de medida regulamentadora de artigo da Constituição de eficácia limitada, prescrevendo direitos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- d) Trata-se de controle difuso de constitucionalidade; a CNT é legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual, municipal, distrital, incluídos os anteriores à Constituição.
- e) Trata-se de controle difuso de constitucionalidade; a CNT não é legitimada para propor a ADPF; a ADPF serve para alegar falta de

medida regulamentadora de artigo da Constituição de eficácia limitada, prescrevendo direitos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

**45.** No que tange a nacionalidade, analise as assertivas abaixo.

I – Luigi nasceu na Itália, no período em que seu pai brasileiro trabalhava em uma empresa privada.

II – Klaus nasceu no Brasil, no período em que seus pais alemães estavam a serviço da Suíça.

III – Juan nasceu no México, filho de mãe brasileira, e, com vinte anos de idade, passou a residir no Brasil.

Com base apenas nas informações fornecidas, será admissível a extradição de:

- a) Luigi, Klaus e Juan.
- b) Luigi e Klaus.
- c) Luigi e Juan.
- d) Klaus e Juan.
- e) Nenhum.

**46.** Tião foi condenado a cinco anos de prisão, substituídos por pena restritiva de direitos por igual período, em sentença criminal transitada em julgado. Como pretende concorrer a cargo eletivo na eleição a ser realizada no ano seguinte, consultou um advogado sobre essa possibilidade, o qual lhe respondeu, corretamente, que a referida condenação, enquanto produzir efeitos,

- a) impede Tião de concorrer a cargo eletivo somente no local em que foi proferida a sentença.
- b) não produz efeitos no âmbito eleitoral, em razão da independência das instâncias.
- c) apenas impede Tião de ocupar um cargo público, eletivo ou não.
- d) impede Tião de votar e ser votado.
- e) apenas impede Tião de ser votado.

**47.** O partido político INOVA, recém-criado, procurou sua assessoria para saber se, nos termos da Constituição, faziam jus aos recursos do fundo partidário, bem como acesso gratuito ao rádio e televisão, para disputarem a primeira eleição com os seus filiados. A sua assessoria informou que o direito dependeria do preenchimento de uma cláusula de barreira e respondeu corretamente que:

- a) Terão direitos a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, os partidos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas;
- b) Terão direitos a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, os partidos que obtiverem, nas eleições para a Senado Federal, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas
- c) Terão direitos a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, os partidos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas e também tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
- d) Terão direitos a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, os partidos que tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
- e) Ao eleito por partido que não atingir a cláusula de barreira é vedada a filiação a outro partido que os tenha atingido.

**48.** A Lei nº 123/2023 do Estado Gama obriga pessoas físicas ou jurídicas, independentemente da atividade que exerçam, a oferecer estacionamento ao público, a cercar o respectivo local e a manter funcionários próprios para garantia da segurança, sob pena de pagamento de indenização em caso de prejuízos causados ao dono do veículo. Em relação à constitucionalidade da referida lei estadual, com base na ordem jurídico-constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

- a) É inconstitucional, pois trata-se de competência exclusiva da União de legislar acerca da matéria concernente ao Direito Civil.
- b) É constitucional, pois, tratando a Lei de temática afeta ao Direito Civil, a competência legislativa concorrente entre a União e os Estados permite que Gama legisle sobre a matéria.
- c) É inconstitucional, pois, conforme a Constituição Federal, compete ao ente municipal legislar sobre Direito do Consumidor.
- d) É constitucional, pois versa sobre matéria afeta ao Direito do Consumidor, cuja competência legislativa privativa pertence ao Estado Gama.
- e) É inconstitucional, pois viola a competência privativa da União de legislar sobre matéria concernente ao Direito Civil.

**49.** O controle externo financeiro da União e das entidades da administração federal direta e indireta é atribuição do Congresso Nacional, que o exerce com o auxílio do Tribunal de Contas da União. De acordo com a Constituição Federal, é competência do Tribunal de Contas da União:

- a) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- b) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, sanções como multa proporcional ao dano causado ao erário, por meio de decisão com eficácia de título executivo judicial.
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluindo as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- d) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Pública, exceto entidades da administração indireta.
- e) apreciar as contas prestadas semestralmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.

50. Maria, estudante de direito, solicitou que Ana, sua colega, lhe explicasse algumas características das competências recursais do Supremo Tribunal Federal.

De acordo com Ana:

1. os recursos de competência do Supremo Tribunal Federal são apenas os de fundamentação vinculada;
2. nenhuma sentença proferida por órgão jurisdicional de primeira instância pode ser objeto de recurso a ser julgado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal; e
3. acórdãos proferidos pelos Tribunais Superiores não podem ser objeto de recurso direcionado ao Supremo Tribunal Federal.

Adriane, professora de Direito Constitucional, ao ouvir as afirmações de Ana, concluiu corretamente que

- a) todas estão certas.
- b) todas estão erradas.
- c) apenas a informação 2 está errada.
- d) apenas as afirmações 2 e 3 estão erradas.
- e) apenas as afirmações 1 e 3 estão erradas.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Thállius Moraes*

51. Considerando as disposições doutrinárias e constitucionais acerca da organização da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Depende de autorização legislativa a criação de subsidiárias de empresa pública e sociedade de economia mista, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.
- b) O Tribunal de Contas, a Defensoria Pública, o Poder Judiciário e o Ministério Público são integrantes da Administração Pública Direta.
- c) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, sendo constituídas sob quaisquer modalidades societárias admitidas em direito e necessitam de lei específica que autorize sua criação.
- d) Fundamenta-se no princípio da especialidade a proibição de constituição de empresa pública com finalidade genérica.
- e) A exigência de que as entidades da Administração Pública Indireta sejam criadas ou autorizadas por lei decorrem do princípio da reserva legal.

52. Quando o Estado se responsabiliza pela prestação de determinado serviço público de sua titularidade, o faz mediante a distribuição interna de competências entre órgãos responsáveis por essa atividade. Essa distribuição interna de competências, entre órgãos e agentes pertencentes a uma mesma pessoa jurídica, é denominada

- a) descentralização administrativa, caso em que há a ruptura do vínculo hierárquico.
- b) desconcentração política, caso em que se mantém o vínculo hierárquico.
- c) delegação administrativa, com a consequente ruptura do vínculo hierárquico.
- d) desconcentração administrativa, caso em que se mantém o vínculo hierárquico.
- e) desconcentração administrativa, caso em que há a ruptura do vínculo hierárquico.

**53.** Tício estacionou o seu veículo em local onde era proibido parar e estacionar. Duas horas depois, ao retornar ao local, foi informado que agentes de trânsito haviam guinchado o seu veículo para um depósito público, ante ao fato de seu carro estar impedindo a circulação de outros veículos. Diante do fato hipotético, assinale a alternativa que contém o atributo que autoriza os agentes públicos a executar diretamente suas decisões e o poder administrativo correspondente.

- a) discricionariedade; poder de polícia.
- b) coercibilidade; poder vinculado.
- c) tipicidade; poder disciplinar.
- d) autoexecutoriedade; poder de polícia.
- e) imperatividade; poder de polícia.

**54.** Levando em consideração a Lei nº 14.133/2021 - Nova lei de Licitações e Contratos, a contratação dos serviços técnicos especializados de patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas é caso de

- a) realização obrigatória de licitação, na modalidade concorrência.
- b) realização obrigatória de licitação, na modalidade registro de preços.
- c) inexigibilidade de licitação, em virtude de se tratar de profissionais ou empresas de notória especialização.
- d) inexigibilidade ou dispensa de licitação.
- e) licitação dispensável, em face da atividade predominantemente intelectual envolvida.

**55.** Caso a administração pública entenda que determinado ato administrativo foi praticado em contrariedade ao ordenamento jurídico, cabe a autoridade pública competente realizar a

- a) anulação, com efeitos a partir da declaração da invalidade do ato.
- b) revogação, desde que presente razões de conveniência e oportunidade para tanto.
- c) convalidação, em caso de um vício no elemento finalidade.
- d) cassação, com a aplicação retroativa de seus efeitos.
- e) convalidação, quando se tratar de um ato anulável.

**56.** Os atos administrativos são praticados pela Administração Pública no desempenho de sua função administrativa. Acerca do assunto, assinale a alternativa correta.

- a) Conforme a teoria dos motivos determinantes, todos os atos administrativos devem ser motivados, de forma que se os motivos alegados forem falsos ou inexistentes, o ato será ilegal.
- b) É vedada, em qualquer situação, a revogação de atos vinculados.
- c) O silêncio administrativo produz efeitos de concordância, salvo nos casos vedados pela lei.
- d) Atos compostos implicam duas vontades que se fundem em um único ato.
- e) São elementos dos atos administrativos a competência, a finalidade, a forma, a motivação e o objeto.

**57.** Considerando as disposições constitucionais doutrinárias e jurisprudenciais acerca dos agentes públicos, assinale a alternativa incorreta

- a) As funções de confiança serão preenchidas exclusivamente por servidores titulares de um cargo efetivo.
- b) O direito de greve no serviço público reflete uma norma constitucional de eficácia limitada.
- c) Os casos de contratação temporária para atender situações de excepcional interesse público deverão ser estabelecidos em lei.
- d) Em caso de acumulação lícita de cargos públicos, o teto remuneratório incidirá sobre a soma das remunerações percebidas pelo servidor.
- e) É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria, salvo quando se tratar de cargos acumuláveis na atividade.

**58.** Considerando as regras e disposições doutrinárias e jurisprudenciais acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) A condenação do Estado em ação indenizatória ajuizada em razão de dano causado por servidor público enseja a responsabilização do servidor em ação regressiva, independente da configuração de dolo ou culpa na sua conduta.
- b) O servidor que, no exercício da função, causar dano a um terceiro, poderá responder juntamente com o Estado na ação indenizatória, caso tenha agido com dolo ou culpa.
- c) Para a responsabilização estatal é irrelevante que a conduta tenha sido comissiva ou omissiva.
- d) A participação da vítima para a ocorrência do evento danoso pode atenuar ou até mesmo excluir a responsabilização estatal.
- e) Todos os entes da Administração Pública respondem de forma objetiva, não sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa do agente causador do dano.

**59.** Considerando as disposições da Lei 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa que corresponde a um ato de improbidade que importa em prejuízo ao erário.

- a) Utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer do órgão em que está lotado.
- b) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar ou de narcotráfico.
- c) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada.
- d) Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.
- e) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.

**60.** Considerando as disposições legais, doutrinárias e jurisprudenciais predominantes acerca do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) O controle judicial dos atos administrativos é restrito a aspectos de legalidade, sendo vedada a análise do mérito administrativo pelo Poder Judiciário.
- b) Lei complementar pode estabelecer hipóteses de controle legislativo sobre a atuação do Poder Executivo.
- c) O controle externo da administração pública é hierarquicamente superior ao controle interno.
- d) A autotutela assegura que a administração pública reveja seus atos, anulando-os, quando ela os entender como ilegais, inoportunos ou inconvenientes.
- e) A supervisão ministerial exercida sobre os entes da Administração Indireta é exemplo de controle administrativo hierárquico.

**DIREITO CIVIL***Mário Godoy*

**61.** A Lei X foi sancionada, promulgada e publicada no Diário Oficial, sem estabelecer prazo para sua entrada em vigor. Durante o período de *vacatio legis*, seu texto foi republicado para incorporar algumas correções. Dois anos após o início de sua vigência, surgiu uma lei especial nova, a Lei Y, trazendo novas disposições incompatíveis com o texto da Lei X.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) A Lei X começa a vigorar 45 dias após oficialmente publicada.
- b) A Lei X começa a vigorar 45 dias após sua republicação.
- c) Se a Lei X tiver sua obrigatoriedade aceita em país estrangeiro, o início de sua vigência se dará 90 dias após sua publicação.
- d) Se a Lei X contiver lacunas, serão estas preenchidas de acordo com a analogia, os costumes, os princípios gerais do direito e a equidade.
- e) A Lei X foi revogada tacitamente pela Lei Y.

**62.** Andrew, cidadão canadense, domiciliado no México, casa com Maria, cidadã canadense, domiciliada no Peru. O casamento ocorre no Brasil e, em seguida, o casal passa a manter domicílio na Argentina.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) O regime de bens do casamento entre Andrew e Maria obedece à lei argentina.
- b) O regime de bens do casamento entre Andrew e Maria obedece à lei brasileira.
- c) Os impedimentos matrimoniais do casamento entre Andrew e Maria obedecem à lei canadense.
- d) Os impedimentos matrimoniais do casamento entre Andrew e Maria obedecem à lei argentina.
- e) A invalidade do casamento entre Andrew e Maria obedece à lei brasileira.

**63.** Taís, 21 anos, apresenta deficiência mental redutora de discernimento. Luís, 15 anos, atua como aprendiz em uma empresa de grande porte, contando com economia própria. Roberta, 17 anos, casou com seu namorado. Leonardo, 30 anos, é analfabeto.

Com relação à capacidade civil, Taís, Luís, Roberta e Leonardo são, respectivamente:

- a) relativamente incapaz, plenamente capaz, plenamente capaz, plenamente capaz.
- b) plenamente capaz, relativamente incapaz, relativamente incapaz, plenamente capaz.
- c) plenamente capaz, absolutamente incapaz, plenamente capaz, plenamente capaz.
- d) plenamente capaz, absolutamente incapaz, plenamente capaz, relativamente incapaz.
- e) absolutamente incapaz, relativamente incapaz, plenamente capaz, plenamente capaz

**64.** Jonas resolveu aderir a uma seita satânica, e para ficar com a aparência semelhante à do demônio, solicitou a um médico cirurgião que amputasse suas narinas e pavilhões auditivos. Meses depois, um problema de saúde o levou a necessitar de um tratamento médico que impunha grave risco à sua vida. Jonas optou por não se submeter ao tratamento, e deixou por escrito que desejava que, em caso de morte, todo o seu corpo fosse destinado a um ritual satânico.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) Dado o princípio da autonomia da vontade, é lícita a amputação das narinas e pavilhões auditivos de João.
- b) João pode ser constrangido, contra sua vontade, ao tratamento médico de risco.
- c) A disposição de todo o corpo de João para depois da morte não é válida, pois a lei somente admite que se disponha de parte de seu corpo.
- d) A disposição de todo o corpo de João para depois da morte não é válida, pois não se permite que se disponha do corpo para ritual satânico.
- e) A disposição de todo o corpo de João para depois da morte constitui um ato irrevogável.

**65.** Lucas, médico, resolveu transferir seu domicílio de Recife para São Paulo. Lá chegando, abriu dois consultórios, um em São Paulo, outro em Santos, onde atendia seus pacientes de ambas as cidades. Aprovado em concurso público, passou a ser lotado em Ribeirão Preto, embora continuasse a residir com ânimo definitivo em São Paulo.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) A prova da intenção de mudança de domicílio de Lucas se deu com as declarações por ele feitas às municipalidades de Recife e São Paulo.
- b) Santos jamais constituiu domicílio de Lucas.
- c) O domicílio de Lucas é o lugar onde for encontrado.
- d) Ribeirão Preto não constitui domicílio de Lucas.
- e) Para todos os fins, o domicílio de Lucas é São Paulo, onde ele atualmente reside com ânimo definitivo.

**DIREITO PENAL***Renan Araújo*

**66.** Acerca da consumação, da tentativa e dos institutos correlatos, assinale a alternativa correta:

- a) Pune-se o crime tentado sempre com a pena do crime consumado, reduzida de um a dois terços.
- b) Considera-se o crime tentado quando, uma vez iniciada a preparação do delito, este não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- c) A desistência voluntária e o arrependimento eficaz geram extinção da punibilidade.
- d) A espontaneidade não é pressuposto para a caracterização da desistência voluntária, sendo suficiente que o agente desista de prosseguir na execução por ato voluntário.
- e) O arrependimento posterior gera redução de pena de um a dois terços, devendo ser concedido o benefício no patamar mínimo caso a reparação do dano não seja integral.

**67.** O Código Penal estabelece que se considera culposo o crime quando o agente dá causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que não apresenta um elemento do tipo penal culposo:

- a) conduta involuntária
- b) resultado naturalístico involuntário
- c) nexos de causalidade
- d) violação do dever de cuidado
- e) tipicidade

**68.** Desejando matar Safira, Charles desferiu oito facadas no abdome da vítima. Acreditando que Safira já estaria morta, Charles se dirige a uma ponte da cidade e joga o corpo da vítima no rio, para ocultar o crime. Uma semana depois o corpo de Safira é encontrado e a perícia criminal aponta que, apesar dos ferimentos decorrentes das facadas, Safira morreu em razão de traumatismo craniano, decorrente do impacto da cabeça da vítima na pilastra da ponte, pois ainda se encontrava viva quando foi arremessada por Charles.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) dolo geral ou dolo por erro sucessivo, devendo Charles responder por dois crimes: homicídio tentado e homicídio culposo.
- b) dolo geral ou dolo por erro sucessivo, devendo Charles responder por homicídio doloso consumado.
- c) dolo eventual, devendo Charles responder por homicídio consumado.
- d) dolo direto de segundo grau, devendo Charles responder por dois crimes: homicídio tentado e homicídio culposo.
- e) *Aberratio ictus* ou erro na execução, devendo Charles responder por homicídio doloso consumado.

**69.** Rosenberg, professor de matemática, formula a Alan, um de seus alunos, uma pergunta simples sobre a matéria. Ao receber resposta errada, o professor se irrita e diz em alto e bom som, na presença de todos os demais 40 alunos, que Alan “deveria pedir Alfafa na lanchonete”, pois seria “um alimento mais adequado a um quadrúpede como ele”.

Nesse caso, a conduta do professor configura:

- a) crime de injúria, sem majoração e sem possibilidade de extinção da punibilidade pela retratação.
- b) crimes de injúria e difamação, com aumento de pena de um terço.
- c) crime de injúria, com aumento de pena de um terço.
- d) crime de injúria, mas haverá extinção da punibilidade caso o professor se retrate cabalmente antes da sentença.
- e) crime de difamação, mas haverá extinção da punibilidade caso o professor se retrate cabalmente antes da sentença.

**70.** Em uma festa organizada por alunos de uma Faculdade, Daniel percebeu que Vanessa ingeria bebida alcoólica e, aproveitando-se de uma distração da vítima, colocou substância psicoativa no copo de Vanessa. Ao ingerir a substância, Vanessa acabou adormecendo e Daniel, então, aproveitou-se disso para subtrair a bolsa e o aparelho celular da vítima.

Nesse caso, é correto afirmar que Daniel praticou crime de:

- a) furto qualificado pela destreza
- b) furto qualificado pela fraude
- c) furto simples
- d) roubo próprio
- e) roubo impróprio

## **LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**

*Antônio Pequeno*

**71.** Acerca dos crimes de abuso de autoridade, previstos na Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que:

- a) os crimes de abuso de autoridade, além do dolo, exigem a presença de elemento subjetivo especial, isto é, a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, a atuação por mero capricho ou satisfação pessoal;
- b) aquele que exerce função pública transitoriamente ou sem remuneração não é considerado autoridade pública, de modo que não pode figurar como sujeito ativo nos crimes de abuso de autoridade;
- c) nos crimes de abuso de autoridade, a queixa subsidiária pode ser oferecida pelo ofendido, ainda que ausente qualquer inércia por parte do Ministério Público;
- d) os crimes de abuso de autoridade são de ação penal pública condicionada a representação da vítima, ou, quando incapaz, de seu representante legal;
- e) os particulares jamais poderão concorrer para os crimes de abuso de autoridade, pois estes são privativos de agentes públicos.

**72.** Raul é egresso do sistema penitenciário e está encontrando dificuldades na sua vida extramuros, notadamente em relação à moradia, pois não possui familiares e os poucos amigos não conseguem ajudá-lo. Nessa situação, a Lei de Execuções Penais no que concerne à Assistência ao Egresso:

- a) coloca como critério para concessão de moradia a comprovação de estar empregado;
- b) é omissa, deixando situações dessa natureza para encaminhamento caso a caso;
- c) estabelece a concessão de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses;
- d) determina a constituição de uma Comissão com assistente social, psicólogo e pedagogo para exarar parecer a respeito;
- e) dispõe que a Vara de Execuções Penais, a partir do comportamento do egresso, determinará o que será feito.

**73.** Sobre os crimes de racismo previstos na Lei nº 7.716/1989, assinale a afirmativa correta.

- a) Inexiste mandado constitucional expreso para a criminalização do racismo.
- b) Somente a publicação feita em meios impressos é circunstância qualificadora do crime de incitação ao racismo.
- c) O texto da Lei nº 7.716/1989 já criminaliza a homotransfobia, sendo desnecessária lei específica para essa finalidade.
- d) A fabricação de ornamento com a cruz suástica é um fato típico se houver o propósito de divulgação de ideais nazistas.
- e) O delito de injúria racial não é previsto na Lei nº 7.716/1989 e, por isso, não é classificado com um crime de racismo.

**74.** A Lei dos Crimes Hediondos (8072/90) contempla tratamento mais rigoroso a diversos crimes nela previstos, tanto no seu artigo 1º, que prevê os crimes hediondos propriamente ditos, quanto no seu artigo 2º, que contempla os chamados crimes hediondos por equiparação.

A caracterização de um crime como hediondo faz com que determinados institutos sejam vedados. Dentre as proibições legais não está

- a) fiança.
- b) liberdade provisória.
- c) graça.
- d) indulto.
- e) anistia.

**75.** José, após longa apuração, foi acusado pelo Ministério Público da prática do crime de tortura no exercício de suas funções públicas. Considerando a robustez das provas existentes, consultou o seu advogado a respeito das consequências de eventual condenação criminal, mais especificamente em relação à sua situação funcional, pois ocupava cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo do Estado Alfa

O advogado respondeu corretamente que, ante os termos da Lei nº 9.455/1997, José

- a) deve perder o cargo de provimento efetivo e não mais poderá ingressar no serviço público, mesmo após o período de cinco anos de reabilitação penal.
- b) ficará suspenso do cargo de provimento efetivo durante o período de cumprimento da pena, não tendo direito à remuneração correspondente.
- c) deve perder o cargo de provimento efetivo, mas não há óbice a que reingresse no serviço público, a qualquer tempo, caso preencha os requisitos exigidos.
- d) deve perder o cargo de provimento efetivo, e sofrerá a interdição para o exercício de cargo, função ou emprego público pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- e) terá a sua situação funcional apreciada pela autoridade administrativa competente, que somente não aplicará a sanção de perda do cargo se houver bons antecedentes.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

*Priscila Silveira*

**76.** Acerca das disposições preliminares do Código de Processo Penal, analise os itens a seguir.

- I. O Brasil adota, em relação à aplicação da lei processual penal no tempo, o sistema de isolamento dos atos processuais.
- II. Normas processuais materiais (mistas ou híbridas) são aquelas que cuidam apenas de procedimentos, atos processuais, técnicas do processo.
- III. A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Nenhuma das assertivas.

**77.** Na data de 20/02/2023, José foi vítima do crime de calúnia. Contudo, antes de ajuizar a ação contra o autor, veio a falecer no dia 25/07/2023. José possuía apenas um filho, de um relacionamento anterior, chamado Luiz, maior e capaz. Ademais, José vivia em união estável reconhecida com Maria e era filho único, possuindo como parente próximo seu pai, Antônio. Nessa situação hipotética, o ajuizamento de ação pelo crime de calúnia:

- a) poderá ser promovida pelo Ministério Público.
- b) somente ser promovida por Antônio.
- c) não poderá ser realizada por ninguém, tendo em vista o falecimento de José.
- d) poderá ser promovida por Maria, a qual terá prioridade entre o Antônio e Luiz.
- e) poderá ser promovida por Luiz, o qual terá prioridade entre o Antônio e Maria.

**78.** A respeito dos sujeitos do processo, assinale a assertiva correta.

- a) A suspeição poderá ser declarada e reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.
- b) O corréu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.
- c) a suspeição será declarada e reconhecida quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.
- d) Para os peritos apenas será aplicada a hipótese de suspeição de vedação de ser sócio, acionista ou administrados de sociedade interessada no processo, não se estendendo as demais hipóteses de suspeição aplicada aos juízes.
- e) Não poderá ser realizada a condução coercitiva do acusado para o interrogatório.

**79.** Monica estava em frente ao banco, aguardando seu marido, ocasião em que sua bolsa foi subtraída por Joe. Após Joe subtrair o bem, Policiais que estavam passando pelo local, avistaram a situação e o prenderam em flagrante. Considerando a situação hipotética, trata-se de flagrante:

- a) Imperfeito.
- b) Preparado.
- c) Diferido.
- d) Real.
- e) Ficto.

**80.** Segundo o Código de Processo Penal, da decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal:

- a) caberá apelação.
  - b) não caberá recurso.
  - c) caberá mandado de segurança.
  - d) caberá remessa dos autos ao órgão superior do membro do Ministério Público.
  - e) caberá recurso em sentido estrito.
-

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---